



Diciembre 2019 - ISSN: 1988-7833

AS TRANSFORMAÇÕES IDENTITÁRIAS EM ITABIRA (MG) - DA CULTURA DO MINÉRIO AO INTERESSE TURÍSTICO: A ADAPTAÇÃO DA MEMÓRIA DE DRUMMOND NA *FAZENDA DO PONTAL*.¹

Luciana Santos Ferreira*,

Universidade Federal de Minas Gerais, arqlsferreira.bh@gmail.com

Maria Luiza Almeida Cunha de Castro**,

Universidade Federal de Minas Gerais, luizadecastro2000@gmail.com

Leandro Benedini Brusadin***,

Universidade Federal de Ouro Preto, leandrobrusa@hotmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Luciana Santos Ferreira, Maria Luiza Almeida Cunha de Castro y Leandro Benedini Brusadin (2019): "As transformações identitárias em Itabira (MG) - da cultura do minério ao interesse turístico: a adaptação da memória de Drummond na Fazenda do Pontal", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (diciembre 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2019/12/transformacoes-identitarias-itabira.html>

RESUMO

Este artigo objetiva avaliar evolução da identidade em Itabira (MG), considerando a presença da mineradora Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no local, a previsão de esgotamento das minas e as possibilidades que a influência do poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) traz para a construção de uma identidade desvinculada da mineração. Neste sentido, o foco do estudo será a construção da *Fazenda do Pontal*, centro de cultura feito a partir da Fazenda do Pontal ou dos Doze Vinténs, patrimônio da família do poeta. A metodologia baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental a partir dos conceitos de identidade (Candau, 2011; Canclini, 1999, 2000 e Castells, 1999) e também de memória (Halbwachs, 1990; Le Goff,

¹ O centro de cultura construído em Itabira, MG no ano de 2004 com as peças da antiga fazenda recebeu o nome de "Fazenda do Pontal". Assim, de modo a diferenciar as edificações neste artigo, refere-se à propriedade rural da família de Carlos Drummond de Andrade como Fazenda do Pontal ou dos Doze Vinténs e à edificação urbana para fins culturais como *Fazenda do Pontal*.

* Mestranda em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.

**Doutora em Ciências Socioambientais, Professora Adjunta da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (UFMG), Brasil.

*** Doutor em História, Professor Adjunto do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (UFMG), Brasil.

2003), um dos elementos passíveis de influenciar a formação identitária. Conclui-se que os gestores de Itabira se utilizam da *Fazenda do Pontal* para construir uma nova perspectiva identitária com usufruto do turismo cultural contemporâneo diante da finitude da atividade minerária.

Palavras-chave: Identidade, memória, mineração, turismo cultural, *Fazenda do Pontal*.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo evaluar la evolución de la identidad en Itabira (MG), considerando la presencia de la empresa de minería Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) en el local, la previsión de agotamiento de las minas y las posibilidades que la influencia del poeta Carlos Drummond de Andrade (1902- 1987) trae para la construcción de una identidad desvinculada de la minería. En este sentido, el foco del estudio será la construcción de la *Hacienda del Pontal*, centro de cultura hecho a partir de la Hacienda del Pontal o de los Doce Vinténs, patrimonio de la familia del poeta. La metodología se basa en la investigación bibliográfica y documental a partir de los conceptos de identidad (Candau, 2011, Canclini, 1999, 2000 y Castells, 1999) y también de memoria (Halbwachs, 1990; Le Goff, 2003), uno de los elementos pasibles de influenciar la formación identitaria. Se concluye que los gestores de Itabira se utilizan de la *Hacienda del Pontal* para construir una nueva perspectiva identitaria con usufruto del turismo cultural contemporáneo ante la finitud de la actividad minera.

Palabras clave: Identidad, memoria, minería, turismo cultural, *Hacienda del Pontal*.

ABSTRACT

This article aims to evaluate the evolution of Itabira (MG)'s cultural identity, considering the presence of the mining company Vale do Rio Doce (CVRD) on the site, the forecast of mining resource depletion and the possibilities the influence of the poet Carlos Drummond de Andrade (1902- 1987) brings to the construction of an identity unrelated to the mining activity. In this sense, the focus of the study will be the construction of *Pontal Farm*, a cultural center built of the material resulting from the demolition of Pontal or Doze Vinténs Farm, heritage of the poet's family. The methodology is based on bibliographical and documentary research considering the concepts of identity (Candau, 2011, Canclini, 1999, 2000 and Castells, 1999) and also memory (Halbwachs, 1990; Le Goff, 2003), one of the possible elements capable of influencing identity formation. We conclude that the managers of Itabira use *Pontal Farm* to build a new identity perspective taking advantage of contemporary cultural tourism considering the finitude of the mining activity.

Key words: Identity, memory, mining, cultural tourism, *Pontal Farm*.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo toma como ponto de partida os conceitos de memória e identidade, com o intuito de compreender a inserção da *Fazenda do Pontal* na cidade de Itabira (Minas Gerais, Brasil), a partir de uma construção que se apoia na imagem do poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) que se fez dentro dos moldes e dos interesses de determinados grupos.

A primeira seção apresenta conceitos sobre memória e identidade, elencando autores como Candau (2011), Le Goff (2003), Halbwachs (1990), Canclini (1999, 2000) e Castells (1999). Segundo estes autores, diversos são os aspectos que contribuem para a formação e transformação identitária e, embora o uso de rituais repetitivos de dadas tradições situem estes processos em um tempo estático, destaca-se o fato de que eles têm um componente temporal. A memória, por sua vez, pode ser imposta ou decorrente do exercício de um poder simbólico que penetra no imaginário social; mas pode ser, também, fruto de ações de resistência. Neste

contexto, o resgate de determinados elementos escolhidos da história aparece como uma das estratégias pretendidas para a construção de identidade de determinados grupos.

Em seguida, apresenta-se a cidade de Itabira, foco dessa análise, que se organizou desde o século XVIII em torno de uma exploração aurífera. Mais tarde, já em 1942, o esgotamento do ouro propiciou a exploração do ferro, que levou à instalação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), (SILVA, 2004) e a diversas transformações econômicas e sociais e na malha urbana da cidade. A identidade local tem sido representada por meio de questões tangíveis - como as edificações remanescentes da época da mineração do ouro - ou intangíveis - como o sentimento da população em relação à Vale - em fases sucessivas de identificação, ou rejeição - e tais aspectos se cruzam no sentido social.

No final do século XX, com a previsão do esgotamento das minas, a cidade partiu em busca de novas alternativas econômicas, ancoradas no turismo cultural, concebido a partir da memória do poeta itabirano Carlos Drummond de Andrade, figura marcante no cenário nacional. Nesse contexto, o turismo passou a ser visto como uma alternativa econômica em muitas cidades mineradoras diante da finitude dos recursos naturais e da própria imagem deteriorada das consequências dessa atividade. Dessa forma, o que se coloca em debate é como tal apropriação foi realizada aos olhos dessas comunidades e como as circunstâncias históricas foram apropriadas, sob o ponto de vista da memória social, para o usufruto do turismo no cenário contemporâneo.

A quarta seção apresenta a Fazenda do Pontal ou dos Doze Vinténs, construída na área rural de Itabira em 1871 que era propriedade de Carlos de Paula Andrade, pai do poeta. Como outras fazendas da região, foi vendida e demolida para dar lugar às atividades de mineração, mas algumas peças e componentes de sua estrutura, vedações e revestimentos foram preservadas e devidamente estocadas, na época da demolição. Posteriormente, dentro de um contexto de tentativa de resgate cultural, estas peças foram reutilizadas e compõem atualmente o centro de cultura *Fazenda do Pontal*, localizado em área urbana. A trajetória desta edificação retrata a evolução dos interesses locais, pois ela foi ora destruída para viabilizar a atividade minerária, ora retomada em virtude do declínio da mesma.

Essa problematização compõe o caráter central deste trabalho, demonstrando um processo de tentativa de construção de identidade a partir de interesses e ações de determinados grupos, com base na manipulação da memória. O artigo procura, portanto, debater as relações entre memória e identidade para o usufruto do turismo cultural de um destino que se situa entre o passado ali concebido e os interesses do presente, por vezes pautados por questões puramente comerciais.

2. IDENTIDADE E MEMÓRIA: INTERFACES CONCEITUAIS

De acordo com Candau (2011), a memória pode estar conectada a aspectos sociais incorporados no cotidiano (*protomemória*), às recordações voluntárias (*memória de evocação*) ou ainda à memória coletiva (*metamemória*). A memória pode estar ligada aos conhecimentos práticos, como as atividades que desempenhamos no dia a dia de maneira inconsciente e também aos fatos ocorridos ou lembranças. Os aspectos individuais e coletivos da memória emergem a partir da oposição entre questões intrinsecamente ligadas ao sujeito e outras ligadas ao ser humano enquanto ser social em contato com outros grupos.

Sobre a memória individual, Candau (2011) acredita que ela se manifesta em três níveis, que caracterizam: a *protomemória*, a *memória* e a *metamemória*. A *protomemória* se coloca como a memória ligada ao conhecimento dos saberes práticos; uma memória imperceptível e inconsciente, ligada ao modo repetitivo pelo qual um sujeito desempenha suas atividades. A *memória propriamente dita* ou memória de alto nível está associada ao que as pessoas conseguem se recordar ao longo dos anos, um conjunto de lembranças e experiências. Por fim, a *metamemória* é a maneira pela qual a memória é apreendida pela própria pessoa e o autor a situa dentro de um contexto coletivo, referindo-se à construção da identidade compartilhada por um grupo. A ideia de *protomemória* não se aplica ao coletivo, pois a memória procedural é própria apenas dos indivíduos. Por outro lado, a *metamemória* pode ser

apreendida coletivamente, representando a memória coletiva. A memória coletiva apresenta uma limitação, pois um grupo de pessoas é incapaz de assimilar lembranças de maneira homogênea e organizada; assim, a memória coletiva, como concepção da *metamémoria*, é formada a partir de um suposto compartilhamento de lembranças individuais. (CANDAU, 2011, p. 24).

Entretanto, Halbwachs (1990) desconsidera a questão da memória individual ao explorar o conceito de memória coletiva, afirmando que os seres humanos fazem parte de grupos e nunca estão efetivamente sós. Para o autor, a memória individual não acontece completamente isolada e é comum recorrer à memória de outras pessoas para evocar o passado pessoal. Ele fala sobre a força dos grupos no âmbito da memória coletiva. Cada indivíduo é membro de grupos variados que se definem em tempos e espaços distintos. “Toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo” (HALBWACHS, 1990, p. 86).

Embora a memória seja portadora, então, de componentes individuais e coletivos, é o seu caráter coletivo que se articula com a identidade e “numerosos são os exemplos dessa imbricação entre memória e identidade, múltiplos são os casos nos quais a memória consolida ou desfaz o sentimento identitário” (CANDAU, 2011, p. 60).

Independente do processo de formação da memória e dos processos de configuração da memória coletiva (HALBWACHS, 1990) e de *metamémoria* (CANDAU, 2011), as memórias podem ser distorcidas, visto que existem diferenças entre grupos sociais e estruturas de poder que podem tentar manipular os indivíduos e a própria sociedade. Assim, segundo Le Goff (2003), as classes dominantes escolhem qual memória deve permanecer e qual deve ser esquecida.

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 2003, p. 470).

Canclini (2000) também descreve este processo, apresentando a ideia da “teatralização do poder” como uma representação cotidiana utilizada pelos detentores do poder para impor suas formas de dominação. Como exemplo, no contexto do ambiente construído, o patrimônio edificado aparece como o palco e os membros da classe dominante são os atores nesta relação entre as autoridades e a população (CANCLINI, 2000). Assim, como Le Goff (2003, p. 471) que reivindica uma “democratização da memória social”, o autor defende a incorporação de uma maior diversidade à memória coletiva.

As questões de poder também estão no cerne da discussão que Castells (1999) propõe sobre a identidade: ele acredita que sua formação pode ser baseada em um projeto de poder, ou se colocar exatamente contra a dominação por ele imposta, enquanto resistência aos modelos instituídos; pode ainda se configurar como um objetivo. A estes três tipos de identidade, Castells (1999) dá respectivamente os nomes de *identidade legitimadora*, imposta por instituições dominantes; *identidade de resistência*, criada por sujeitos enquanto na condição de dominados e a *identidade de projeto*, que tem o propósito de redefinir a posição dos atores e as dinâmicas de poder.

A construção da identidade depende, assim, de um contexto social em que as relações de poder se evidenciam e são passíveis de serem alteradas ao longo do tempo. Esta ideia está em sintonia com a proposta de Canclini (1999, p. 173), que considera que a identidade é elaborada culturalmente e frequentemente refeita, tornando-se uma “co-produção”, pois compreende atores e poderes diversos e se forma em condições heterogêneas entre eles. Ela se coloca como uma construção imaginária que é reelaborada constantemente e não como uma manifestação rígida e inalterável (CANCLINI, 1999).

A memória, portanto, mesmo que relativizada ou manipulada, pode ajudar na “invenção” de um sentido, de um objetivo, na busca de uma identidade em torno da qual a população local possa se unir e se articular. O “resgate” da Fazenda do Pontal ou dos Doze Vinténs pode, desta forma, ser interpretada como uma forma de utilização da memória para “inventar” uma narrativa (BAUMAN, 2004), capaz de dar um sentido e um objetivo a Itabira, como alternativa à herança ligada à mineração, que já não corresponde a seus anseios: eis o que discute este artigo.

3. A CIDADE DE ITABIRA E O MONOPÓLIO DA MINERAÇÃO: CULTURA URBANA DO OURO E DO FERRO

Desde a formação da cidade, passando pela instalação da CVRD e continuando no período de operação da mineradora e de sua sucessora, a Vale, tem sido possível identificar diferentes fases de constituição de identidades em Itabira. Este processo tem se elaborado nos moldes de uma imposição simbólica do interesse econômico sobre a cultura urbana. As diferentes conjunturas despertaram sentimentos variados na população, fossem eles de aceitação ou rejeição da cultura minerária.

A povoação que deu origem à cidade de Itabira, iniciada em 1720, teve sua identidade marcada pela exploração do ouro. Segundo Silva (2004), existiram duas fases da exploração aurífera: a primeira foi a fase de exploração do ouro de aluvião no século XVIII localizada nos córregos da região e em pequena quantidade; a segunda fase, do final do século XVIII até meados do século XIX, ocorreu com a exploração dos veios auríferos das principais serras de Itabira. A segunda fase ainda incluiu exploração de ferro que era utilizado nas forjas da região (SILVA, 2004).

Ainda restam hoje alguns exemplares arquitetônicos desta época da exploração do ouro na cidade. Segundo Guerra (2010), estas construções remanescentes do século XVIII constituem “herança cultural urbana” (GUERRA, 2010, p. 19) representada pelos casarões e conformação urbana típica da época. “Num passeio pelas ruas do Centro Histórico de Itabira, é possível reconhecer, por meio da arquitetura, uma dimensão temporal. Cada sobrado, cada esquina, beco ou paredão evocam uma particularidade, fazendo conviver passado e presente”, afirma Guerra (2010, p. 22) destacando ainda a relevância de uma edificação da época da exploração do ouro existente no cenário urbano de Itabira, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, exemplar de grande valor artístico e cultural construída entre os anos 1823 e 1848.

Os exemplares arquitetônicos da época do ouro não se restringiram apenas às cidades, existindo também nas propriedades rurais (CARVALHO, 2003). Algumas fazendas do século XVIII ainda podem ser encontradas na região de Itabira, apesar de muitas delas já terem sido destruídas pela ação do tempo ou das iniciativas de desenvolvimento da região. (GUERRA; MOTA, 2007).

Estas edificações coloniais remanescentes são elementos que contribuem para a consolidação de uma memória coletiva e para a formação de uma identidade baseada nesta memória. Para que esta identidade seja efetiva, entretanto, ela não pode se apoiar em elementos do passado, “embalsamados” “em um estágio ‘tradicional’” (CANCLINI, 1999, p. 145): é importante que essas construções tenham seu sentido sempre atualizado. Assim, é em sintonia com esta ideia que existe uma tentativa de dotar a Fazenda que pertenceu à família do poeta Carlos Drummond de Andrade de novos significados.

A Fazenda do Pontal ou dos Doze Vinténs foi um exemplar da arquitetura rural da região de Itabira. A fazenda foi adquirida pela empresa Belgo Mineira e posteriormente vendida à CVRD. A casa sede da fazenda foi demolida em 1973, uma vez que se encontrava em local projetado para ser uma barragem de rejeitos da mineração. Seu valor simbólico e potencial enquanto elemento para formação da identidade justificou a proposta de construção de um centro de cultura com reaproveitamento de parte do material da fazenda demolida. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA, 2004).

A tentativa de construção identitária a partir deste empreendimento diz naturalmente respeito ao resgate de elementos de patrimônio e memória coletiva, mas só é possível avaliar os aspectos intangíveis deste projeto de identidade dentro do contexto das atividades da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na cidade.

A CVRD foi instalada em Itabira no ano de 1942. Antes disso, as atividades econômicas de maior destaque eram a siderurgia, atividades nas indústrias têxteis, agricultura, produção de bebidas e pecuária extensiva, além da exploração aurífera e do minério de ferro (SOUZA,

2007). A exploração do ferro já acontecia em Itabira antes da chegada da CVRD, em escala reduzida com o propósito de atender à siderurgia local. “A descoberta das grandes jazidas pelo mercado internacional se dá no início do século XX. Em 1907, quando engenheiros da Escola de Minas de Ouro Preto vão a Itabira para inventariar as jazidas de ferro, lá encontram estrangeiros realizando, oficiosamente, o mesmo levantamento”. (MINAYO, 2004, p. 47). Desde a formação do seu povoado, a identidade de Itabira teve, portanto, base na exploração mineral, atividade de significativo destaque, apesar da presença de outras atividades econômicas.

Conforme Minayo (2004), a exploração do minério de ferro teve início na época da baixa da exploração aurífera. A extração mineral era realizada em menor proporção e visando atender à siderurgia da região. O trabalho na Companhia Vale do Rio Doce era bastante rústico no início; força e resistência eram características básicas dos trabalhadores. “A primeira etapa, de 1942 a 1951, se configura como o momento heroico e mítico que fica na memória operária como o da geração dos ‘Leões da Vale’”. Um processo de modernização das instalações se deu nas décadas de 1960 e 1970, o que levou à expansão da companhia, fato bastante atrativo para aqueles em busca de segurança financeira e familiar (SILVA, 2004).

A CVRD se tornou “[...] importante agente modelador do espaço urbano de Itabira, planejando e construindo bairros, instalações industriais, estradas, pista de pouso, escritórios, hospital e clubes” (SILVA, 2004, p. 96). Em 1953, foram construídos os bairros Pará e Campestre para alojar os funcionários da companhia, o que deu início a um novo arranjo espacial da cidade, dividido em bairros de formação espontânea e a cidade projetada pela empresa.

A partir da década de 1960 inicia-se um processo de favelização que se intensifica na década seguinte como consequência da migração para Itabira, processo que, aliado à necessidade de provimento de infraestrutura urbana, levou ao desenvolvimento do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Social de Itabira (PDU) no ano de 1975, com participação da CVRD em parceria com a Prefeitura Municipal e convênio com a Fundação João Pinheiro (SILVA, 2004).

Este envolvimento com as melhorias urbanas demonstra uma preocupação da empresa em oferecer compensações a uma cidade cuja paisagem sofria profundas alterações. O Pico do Cauê, principal marco desta paisagem e composto de minério de primeira qualidade, transformara-se, neste processo, em uma [...] “cratera que cava seu perfil em negativo ao fundo da terra”. (WISNIK, 2018, p. 35). Além disso, a atividade de mineração prejudicava os moradores com as explosões e poeira do minério (WISNIK, 2018).

Além dos impactos na malha e paisagem urbanas, a presença da CVRD em Itabira teve repercussões nas políticas públicas municipais. Segundo Silva (2004), o poder público ficava subordinado ao domínio da companhia. “Seus executivos são muito respeitados ou mais valorizados do que as autoridades municipais” (SILVA, 2004, p. 85). O poder da companhia se estendeu ao poder municipal de forma que diversos cargos políticos municipais foram ocupados por funcionários ou ex-funcionários da companhia (SILVA, 2004).

Esta se configurou, portanto, como uma fase inicial de influência da mineradora que contribuiu para a formação de uma identidade baseada na extração do minério de ferro. Nesta fase, a influência se configurou por meio de um tipo de *identidade legitimadora* (CASTELLS, 1999) imposta pela CVRD, enquanto instituição dominante. Neste processo, a empresa teve atuação ativa na formatação do espaço urbano e ainda promoveu a desarticulação de territórios rurais, como no caso da Fazenda do Pontal ou dos Doze Vinténs e outras, que foram suprimidas para dar lugar a barragens de rejeito. A percepção desta identidade, apesar dos impactos da atividade, foi inicialmente considerada de forma positiva, pelos benefícios econômicos e sociais.

A identidade elaborada a partir da cultura minerária em Itabira fez parte da realidade local mediante a lógica que coloca o emprego como vínculo de pertencimento a um grupo detentor de valor simbólico e status social. Segundo Silva (2004), tornar-se funcionário da CVRD era o sonho de todos. Ao longo deste período, a CVRD era considerada como a “Mãe Vale”. (SILVA, 2004, p. 65), pois, os cidadãos respondiam positivamente e se identificavam com a companhia, que provia bons empregos, estruturava e organizava a sociedade local, além de se articular

com as demais instituições. Esta postura permitia a reprodução da “[...] identidade que racionaliza[va] as fontes de dominação estrutural” (CASTELLS, 1999, p. 24).

Com o passar do tempo, porém, esta perspectiva passou a ser rejeitada, pelo fato da atividade causar danos à saúde dos moradores e ao meio ambiente, dando origem, então, ao processo de constituição daquela que Castells (1999) entende ser uma *identidade de resistência*, a fim de fazer frente ao poder de grupos privados no controle de decisões políticas, econômicas e culturais que acabam por repercutir em toda uma comunidade.

4. AS PRÁTICAS DE IDENTIDADE E RESISTÊNCIA DA CULTURA MINERÁRIA

Foi apenas em meados da década de 1980 que os habitantes e instituições de Itabira passaram a manifestar rejeição à empresa, mobilizando-se em oposição a suas atividades a partir de uma tomada de consciência com relação aos impactos negativos por estas gerados. Desde o momento em que surgiram rumores de privatização e que a população tomou consciência da degradação ambiental que a empresa havia causado ao longo dos anos, a identificação com a empresa mudou. Ademais, o relacionamento desta com as instituições locais havia sofrido um desgaste. “Na metade da década de 1982, o jargão ‘*Mãe Vale*’ é trocado pelo ‘*Madraستا Vale*’, tanto pelos efeitos da reestruturação administrativa e produtiva da CVRD, quanto pelo relacionamento da empresa com os demais setores da sociedade local e o poder público municipal” (SILVA, 2004, p. 30).

Com o clima de crise, insegurança e instabilidade presente na cidade na segunda metade dos anos oitenta, a imobilidade até então reinante na sociedade transforma-se, em certo momento, em início de tomada de consciência de alguns atores sociais e segmentos da sociedade itabirana (SILVA, 2004, p. 30).

Esta tomada de consciência também ocorreu na esfera ambiental. A partir da década de 1980, foi possível observar a formação de movimentos locais em defesa do meio ambiente. A CVRD, antes cuidadora e geradora de empregos, passou a ser vista como uma ameaça por causar poluição, danos à paisagem urbana e problemas de saúde aos moradores. Os cidadãos questionavam, ainda, a negligência dos órgãos públicos municipais com relação às atividades da companhia (SILVA, 2004).

Carlos Drummond de Andrade foi um dos precursores desta insatisfação, demonstrando desde cedo em sua obra uma preocupação com a atividade minerária e com a preservação da natureza. Segundo Ferreira (1999), Carlos Drummond de Andrade nasceu em Itabira em 1902 e aí ficou até os treze anos; em seguida, passou períodos na cidade entre seus estudos em Belo Horizonte e em Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Retornou novamente à Itabira em 1926 para ministrar aulas no Colégio Sul Americano, onde permaneceu até 1933, quando se mudou para a cidade do Rio de Janeiro. A referência a Itabira é evidente nos poemas de Drummond, que manteve este vínculo com sua cidade natal mesmo à distância.

A figura de Drummond é emblemática para a cidade e para a atual fase de conscientização ambiental, uma vez que o poeta, mesmo antes de um despertar da população para esta questão, empenhou-se no registro da atividade de mineração, da exploração feita pela companhia e de seus impactos no local, (WISNIK, 2018). Este fato pode ter contribuído para o desenvolvimento de um sentimento de respeito pelo meio ambiente no âmbito das instituições e junto aos cidadãos de Itabira.

Tanto nos seus aspectos textuais como nos contextuais, na poesia, na crônica ou no debate jornalístico, a obra de Carlos Drummond de Andrade tocou pioneiramente numa ferida que está aberta hoje: a degradação do ambiente e da vida nas áreas afetadas pela mineração cega às suas próprias consequências. (WISNIK, 2018, p. 19).

O poeta manifestou sua resistência por meio de sua obra literária, refletindo sobre a exploração mineral na região, questão que se coloca de forma clara no poema “A montanha pulverizada”, no livro “Boitempo II”. Nele, Drummond lamenta a ausência do Pico do Cauê no cenário urbano e aponta a presença do pó de minério como um dos impactos da atividade:

[...] Esta manhã acordo e

não a encontro.
Britada em milhões de lascas
deslizando em correia transportadora
entupindo 150 vagões
no trem-monstro de 5 locomotivas
- o trem maior do mundo, tomem nota –
foge minha serra, vai
deixando no meu corpo e na paisagem
mísero pó de ferro, e este não passa. (ANDRADE, 2001, p. 72)

Além de Drummond, os próprios trabalhadores da CVRD, em um certo momento, começaram a manifestar a insatisfação com determinadas diretrizes da companhia. Do ponto de vista trabalhista, a greve dos mineiros no ano de 1989 contou com o apoio de diversos funcionários; foi uma greve de grande dimensão liderada pelo sindicato da cidade.

A privatização da empresa ocorreu em 1997 e promoveu sua remodelação, além de evidenciar a dependência da cidade com relação a ela (SILVA, 2004). Segundo Minayo (2004), a privatização fez com que a empresa se tornasse mais competitiva e mais atenta com relação ao mercado nacional e internacional. Entretanto, “[...] representou para Itabira um momento novo, de apreensão de incertezas, de medo e de inseguranças, com efeitos políticos, econômicos e sociais” (SILVA, 2004, p. 147). Este processo modificou a relação que a companhia tinha com a cidade, deixando os itabiranos com um sentimento de. Silva (2004) lembra, ainda, que o desligamento ou a transferência de funcionários para áreas diferentes, a redução de salários, demissões e aumento da terceirização de atividades, entre outras medidas, foram os resultados mais palpáveis das novas diretrizes, além do fechamento de empresas e do enfraquecimento do comércio local, com conseqüente redução da taxa de emprego.

Dessa maneira, mesmo com a intensidade das atividades da CVRD e a receptividade inicial por parte da população local, a influência da CVRD como formadora da identidade de Itabira se modificou ao longo dos anos. Considerando a condição do minério enquanto recurso natural não renovável, era esperado que um dia o esgotamento desta matéria prima fosse anunciado. A cidade necessitaria, dessa forma, de novas possibilidades econômicas que, mais uma vez, pudessem se colocar como base para uma narrativa construída em torno de aspectos escolhidos da memória, capaz de ser viabilizada unicamente se articulada com as dinâmicas locais emergentes.

5. FAZENDA DO PONTAL: NOVOS PRESSUPOSTOS IDENTITÁRIOS A PARTIR DA ADAPTAÇÃO DE VELHAS MEMÓRIAS

Partindo da antecipação do esgotamento da matéria prima das minas itabiranas, os órgãos municipais despertaram para o fato de que a CVRD poderia em breve cessar as atividades na cidade, o que modificaria toda a estrutura econômica e social já consolidada. “Já em 1981, a Prefeitura começa a preocupar-se com a baixa diversificação produtiva no município, tendo-se em vista a progressiva exaustão das jazidas da cidade” (SILVA, 2004, p. 108). Em meados da década de 1980, a Prefeitura Municipal, apoiada pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (Indi) e pela Fundação João Pinheiro (FJP), elaborou um diagnóstico sobre o município, fato que resultou no desenvolvimento do projeto Itabira 2025, que prospectava as possibilidades de diversificação econômica e progresso do município com a ausência da atividade minerária. Neste contexto, instituições locais partiram para a análise de alternativas econômicas. Dentre as opções estudadas, destacou-se o turismo, cujo desenvolvimento poderia criar uma identidade própria para a cidade. Os equipamentos e edificações ligados ao nome do poeta Carlos Drummond de Andrade surgiram com o potencial para o turismo urbano cultural e os distritos de Ipoema e Nossa Senhora do Carmo com o potencial para o turismo rural (SILVA, 2004).

A figura do poeta passou, na nova fase de transformação da cidade, a ser explorada enquanto tentativa de construção de uma nova identidade, desvinculada da Vale. Não se trata, entretanto, de uma *identidade de projeto*, dentro dos moldes descritos por Castells (1999), uma vez que este projeto não foi articulado pela própria população, mas pelas instituições locais, na

busca de novas alternativas econômicas. Mas “não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída” (CASTELLS, 1999, p. 23). Os esforços no sentido de construção de uma identidade em torno da figura de Drummond se articulam, então, dentro de uma expectativa de encontrar eco na sociedade que, ao processar os elementos colocados pela história, geografia, cultura, “aparatos de poder e outros”, reorganiza “[...] seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço” (CASTELLS, 1999, p. 23).

Assim, na cidade de Itabira hoje, grande parte da construção simbólica aludida nas atrações turísticas faz referência ao poeta: são equipamentos e edificações que direcionam para o conhecimento de sua vida e obra. Entre eles, destacam-se algumas edificações relacionadas ao período em que o poeta morou na cidade. O sobrado da Rua Major Lage, denominado “casarão azul” por Ferreira (2004, p. 38), é o local onde Drummond passou a sua infância, embora tenha nascido na casa da Rua das Flores, já demolida. O poeta escreveu o poema “Casa” referindo-se a esse sobrado da Rua Major Lage, que atualmente é um centro de cultura pertencente à Prefeitura Municipal de Itabira. Ao visitá-lo, é possível conhecer as dependências da casa e o jardim idealizado por José, irmão de Drummond (FERREIRA, 2004).

A *Fazenda do Pontal*, por sua vez, se coloca como caso emblemático para a construção do valor simbólico e identidade local diante de um possível usufruto para o turismo e para a própria comunidade. Segundo Ferreira (2004), a Fazenda do Pontal ou dos Doze Vinténs era parte do cotidiano do poeta, pois era o local onde Drummond e a família passavam as férias e finais de semana. A ampla propriedade se situava a 4km da cidade de Itabira e incluía uma área de cerca de 300 alqueires de matas de boa variedade e plantações de café, além de área de cultivo para a produção de vinho. Dois córregos próximos eram importantes para a movimentação dos moinhos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA, 2004).

A sede da fazenda era um grande sobrado de dois pavimentos na frente e três no fundo, devido à diferença de nível do terreno. Foi construída em 1871 e possui características arquitetônicas de um sobrado urbano, postura típica das construções rurais daquela época. Os cômodos eram amplos e arejados, diferentemente das antigas sedes de fazenda do século XVIII, apresentando amplas janelas, o que permitia maior iluminação e ventilação (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA, 2004, p. 18,).

A Fazenda era composta pela casa sede (figura 1) e outros anexos: sobrado da tulha ou antiga banda, casa dos empregados e senzala.

FIG.1. Fachada da Fazenda do Pontal ou dos Doze Vinténs.



Fonte: Arquivos do IEPHA. 1973.

O Sr. Carlos de Paula Andrade usufruiu da vida rural até a década de 1920, quando decidiu se mudar com a família para a cidade de Belo Horizonte. A propriedade da fazenda foi transferida

para os seus filhos, Altivo e Carlos Drummond. “Logo que os irmãos Altivo e Carlos herdaram a fazenda do pai, Carlos de Paula Andrade, o Poeta, que não tinha nenhuma intenção de se tornar fazendeiro, vendeu sua parte ao irmão mais velho” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA, 2004, p. 51).

Drummond não apresentava aptidão para a vida rural e preferiu dedicar sua vida no meio urbano. “Filho, neto e bisneto de agropecuaristas, Carlos Drummond de Andrade preferiu ser fazendeiro do ar, embriagado pelo poder da poesia” (HOJE EM DIA, 1997, [s/p]). Porém, mesmo não demonstrando interesse em viver na área rural, Drummond por vezes manifestou certo pesar por ter perdido a oportunidade de usufruir dos benefícios da fazenda. De acordo com relato à revista Globo Rural em 1985, Drummond declarou:

Hoje que tantos sóis já são passados, e não é mais hora de retocar a vida, sinto falta do que não tive ou perdi por debilidade minha, e chego a considerar-me fazendeiro do ar, porque é no ar que diviso minha boiada, separando gado de leite e gado de corte (reservado ao matadouro), minhas plantações, meus perdigueiros, minhas botas, estribos, selas e rédeas de campear – os mesmos atributos que faziam o orgulho singelo de meu pai, afeiçoado geneticamente à terra e empenhado em transmiti-la aos filhos e netos, em obediência ao estatuto familiar. (ANDRADE, 1985, [s/p]).

Sob a responsabilidade do irmão mais velho de Drummond, a fazenda foi, então, vendida para a empresa Belgo Mineira em 1957, estando nesta época em excelente estado de conservação, conforme informou o filho de Altivo, Heraldo Andrade, anos mais tarde. Posteriormente, foi transferida à Companhia Vale do Rio Doce. A companhia tinha planos de utilizar o local onde a fazenda se situava para atividades relacionadas à mineração, especificamente como depósito de rejeitos de minério (Barragem do Pontal). A partir da venda para a Belgo Mineira e posteriormente para a CVRD, a fazenda permaneceu desabitada até início da década de 1970 e, devido ao abandono, sofreu consideráveis desgastes (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA, 2004).

Segundo Almeida (2008), a área de rejeitos de mineração da Companhia Vale do Rio Doce (Barragem do Pontal) foi implantada em 1972 e no ano de 1973, a mineradora demoliu a sede e os anexos da Fazenda do Pontal ou dos Doze Vinténs para prosseguir com as atividades. Esta barragem tinha como objetivo reter os rejeitos de minério da Mina Cauê e também abastecer o processo com a técnica de recirculação de água. De acordo com a Prefeitura Municipal de Itabira (2015), foi feito um acordo entre a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), a Vale e a Prefeitura Municipal de Itabira definindo que a sede fosse devidamente desmontada, com numeração e organização das peças para que pudessem ser reaproveitadas futuramente na construção de um centro de cultura. O IEPHA prestou assessoria no processo de desmonte e armazenagem para que a reutilização das peças da antiga fazenda fosse feita com exatidão. A proposta de construção da nova edificação passou por décadas de incertezas, pois não se chegava a um acordo sobre a localização ou o uso de seu espaço.

Das edificações que compunham a propriedade da Fazenda, a sede foi o único elemento escolhido para ter suas peças guardadas para futura construção de um centro de cultura. A *Fazenda do Pontal* foi construída em 2004 em área urbana, conforme a figura 2, e parte do material da antiga sede foi utilizada. Este centro de cultura situa-se à Rua Maria Julieta, sem número, bairro Campestre, Itabira, Minas Gerais. A volumetria da arquitetura tipicamente colonial foi mantida, mas materiais contemporâneos, como a estrutura em aço *cortén*, foram incluídos no projeto para abrigar um centro de cultura e lazer. Na área externa da fazenda existe uma escultura que representa Drummond como menino, apoiado em sua bicicleta. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA, 2015).

FIG. 2: Vista frontal da *Fazenda do Pontal*, construída em 2004. Detalhe da escultura de Drummond na infância.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Ciente dos múltiplos reflexos da realidade, Drummond manifestava interesse de que a edificação construída com a reutilização das peças da fazenda fosse um museu que resgatasse a história do ferro e a indústria siderúrgica em Itabira. Um trecho do jornal Hoje em Dia (1997) esclarece:

Drummond era contrário à vinculação do museu unicamente ao seu nome. “Relacionam o museu com a minha obra literária. Por muito que a iniciativa me sensibilize, é despropositada. Prefiro deixar que o futuro escolha os nomes a serem lembrados. Como podemos prefigurar o julgamento das gerações vindouras”, refletiu Carlos, que preferia um museu regional, voltado para a cultura, o turismo e a história da economia extrativa da região. (HOJE EM DIA, 1997, [s/p]).

Na verdade, a proposta do poeta parece coerente: o foco múltiplo na cultura, no turismo e na história da mineração constitui um bom ponto de partida para construir uma narrativa complexa tal como aquela que se propõe e que se procura configurar.

Atualmente, a *Fazenda do Pontal* abriga exposições e eventos esporádicos, e estas atividades permitem uma articulação com a “modernidade líquida” (BAUMAN, 2004) contemporânea. O caráter da memória, por sua vez, está contido nas referências ao passado rural, mas também na referência a Drummond. Ao mesmo tempo, estes aspectos da memória se entrelaçam à expressão da atividade minerária – por meio do material que foi escolhido para a estrutura da edificação – o aço *cortén* - representando um passado minerário do qual se quer abrir mão, mas que não pode ser negado - expressão contundente de forças muitas vezes conflitantes. A escolha do aço reflete, assim, uma trajetória de desenvolvimento - não só em Itabira, mas também no mundo - dentro da qual a exploração de bens minerais se impõe, criando empregos e renda, disponibilizando matéria prima necessária para a sustentação dos atuais parâmetros de consumo, desenvolvimento e progresso tecnológico - mas afirmando, ao mesmo tempo, o poder das empresas mineradoras.

A Fazenda viabiliza, portanto, a construção de uma narrativa que tenta dar sentido à cidade, partindo da procura das raízes antropológicas das estruturas sociais locais (Geertz, 1973), e contemplando a maior quantidade possível de reflexos da identidade local. Somente desta forma, enquanto, “relato que reconstruímos incessantemente”, a identidade local poderá se tornar “uma co-produção” (CANCLINI, 1999, p.173).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um relatório da Vale estima que 2028 será o ano de exaustão das minas de Itabira, que vive, portanto, os últimos anos de exploração minerária. Veiculou-se na grande mídia a incerteza quanto ao futuro que se mescla ao medo do rompimento das barragens de rejeitos de minério. A Barragem do Pontal, construída no local onde ficava anteriormente a Fazenda, hoje contém 220 milhões de m³ de rejeitos de minério de ferro, dezoito vezes mais do que a barragem de Brumadinho, que se rompeu no ano de 2019 (GLOBO NEWS, 2019).

O antigo sentimento de admiração pela mineração e seus benefícios econômicos foi, então, substituído pelo repúdio aos impactos ao meio ambiente – mas a atividade ainda é onipresente, invade cada recanto da vida local. As instituições que atuam na cidade procuram, em vão, por alternativas de emprego e geração de renda, ao mesmo tempo em que tentam diversificar as bases para a construção de novas concepções antropológicas.

A figura de Drummond surge, desta forma, como a alternativa mais promissora. Por um lado, ele personifica a rejeição às atividades que destroem o meio ambiente e sua imagem incorpora ares de sustentabilidade precoce. Por outro lado, ele empresta à cidade os limites expandidos pelo alcance de sua obra literária. Adicionalmente, a tradição da fazenda de sua família permite democratizar a memória que era familiar e se torna compartilhada.

Entretanto, trata-se, naturalmente, de uma memória escolhida – manipulada; as relações de poder são claras, transparecem sem muito esforço. Não se trata de uma narrativa espontânea... A própria construção da *Fazenda do Pontal* foi uma imposição normativa da FEAM, e uma forma de compensação social da exploração do poder privado da mineradora com relação a sua imagem. No caso da Prefeitura, foi uma forma de ampliar a atividade econômica do município para a atividade turística. Os interesses de grupos políticos e econômicos são, portanto, claros, com relação a esta suposta construção de identidade.

Entretanto, este pode ser um ponto de partida para novas configurações locais. No mínimo, é uma tentativa que se articula, uma opção que se esboça para o futuro da cidade. E afinal:

A identidade só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, “um objetivo”, com uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais - mesmo que para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, tenda a ser, suprimida e laboriosamente, oculta (BAUMAN, 2005.p. 21, 22).

Assim, memória e identidade se aliam na *Fazenda do Pontal*, para tentar construir uma alternativa para Itabira. Se as motivações de base partem efetivamente de interesses econômicos de determinados grupos, as possibilidades de re-apropriação dos espaços e de criação de novos sentidos estão, ao mesmo tempo, em aberto: resta saber se a população local vai operar a inversão de perspectiva que deixa sempre lugar para a emergência de uma identidade de projeto.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Danilo de Carvalho; LOUREIRO, Celso de Oliveira. (2008): Disponibilidade hídrica subterrânea nos rejeitos de beneficiamento do minério de ferro – caso da Barragem do Pontal, em Itabira, Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, 15., 2008, Natal. **Anais...** Natal: ABAS, 2008. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/viewFile/23676/15750>. Consultado em 18/05/2019 a 15:10.

ANDRADE, Carlos Drummond de. (1985). **“A fazenda que desapareceu do mapa”, crônica de Carlos Drummond de Andrade.** Globo Rural. Disponível em:

<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Cultura/noticia/2015/11/fazenda-que-desapareceu-do-mapa.html>. Consultado em: 09/10/2018 a 14:35.

ANDRADE, Carlos Drummond de. (2001). **Boitempo II**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record.

BAUMAN, Zygmunt. (2005). **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BAUMAN, Zygmunt. (2004). **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CANCLINI, Néstor García. (1999) **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Tradução de: Maurício Santana Dias, Javier Rapp. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

CANCLINI, Néstor García. (2000). **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de: Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 3ª. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

CANDAU, Joël. (2011). **Memória e identidade**. Tradução de: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto.

CARVALHO, Elizabeth Sales de. (2003). **Arquitetura rural na microrregião metropolitana de Belo Horizonte**: investigação sobre as tipologias arquitetônicas nos séculos XVIII e XIX. 1152 f. 2003.

CASTELLS, Manuel. (1999). **O poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra.

FERREIRA, Diva. (2004). **De Itabira**: um poeta. Itabira: Lastro Editora, 2004.

FERREIRA, Diva. (1999). **Memórias**: Itabira, Minas. Belo Horizonte: O Lutador, 1999.

GLOBO NEWS. Documentário. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tVd3tm--KRA>. Consultado em 17/04/2019 a 16:26.

GUERRA, Santos de Souza; MOTA, Myriam Becho. (2007). **A identidade do espaço rural itabirano**: percursos novos em caminhos antigos. Itabira: Funcesi.

GUERRA, Santos de Souza. (2010). **Memória e identidade cultural**: a diversidade das expressões culturais e folclóricas de Itabira. Itabira: Funcesi, 2010.

HALBWACHS, Maurice. (1990). **A memória coletiva**. Tradução de: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.

HOJE EM DIA. (1997). **Casarão de Drummond apodrece em galpão da Vale**. Belo Horizonte.

IEPHA - INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. (1973). **Fotos da Fazenda do Pontal**. IEPHA/ MG.

LE GOFF, Jacques. (2003). **História e memória**. 5. ed. Trad.: Bernardo Leitão. Campinas: Editora Unicamp.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (2004). **De ferro e flexíveis: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA. (2004). **Fazenda do Pontal**. O casarão que reapareceu no mapa. Itabira, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA. (2015). **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural**. Estruturas arquitetônicas e urbanísticas. Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Seção de Patrimônio Histórico e Cultural. Itabira.

SILVA, Maria das Graças Souza e. (2004). **A terceira Itabira**: os espaços político, econômico, socioespacial e a questão ambiental. São Paulo: Hucitec.

SOUZA, Maria do Rosário Guimarães de. (2007). **Da paciência à resistência**: conflitos entre atores sociais, espaço urbano e espaço de mineração. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editorese Ltda.

WISNIK, José Miguel. (2018). **Maquinação do Mundo**: Drummond e a mineração. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.